

Memórias Escolares de uma Celebração Identitária: O Desfile de 25 de Junho em Cachoeira-BA

Sérgio Armando D. Guerra Filho¹
Solyane Silveira Lima²

Resumo

O presente artigo pretende analisar a importância do Desfile de 25 de Junho no cotidiano escolar na cidade de Cachoeira, no recôncavo da Bahia. Esta celebração é uma data importante não só para a localidade, mas para a Bahia, posto que, há alguns anos, a sede do governo é transferida para a cidade nesse dia. A festa tem como elemento central o desfile das imagens do Caboclo e da Cabocla, apresentando semelhanças com festas em outros municípios baianos, mas guardando suas especificidades. Um dos elementos da celebração é a participação de escolas que desfilam com suas bandas. Para analisar os termos dessa participação de estudantes na festa, visitaremos depoimentos de professores e seus ex-alunos sobre os significados da festa e da participação no desfile como uma atividade própria das escolas.

Palavras-Chave: Memória Escolar, Desfile 25 de Junho, Cachoeira.

- 1 Professor Adjunto do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).
- 2 Professora Adjunta do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).



School Memories of an Identitary Celebration: The June 25th Parade in Cachoeira-Bahia

Memórias Escolares de uma Celebração Identitária: El desfile del 25 de Junio en Cachoeira – Bahia

111



Abstract

This article aims to analyze the importance of June 25th Parade on the daily school life on the city of Cachoeira, in the region of Reconcavo in the state of Bahia. This festivity is an important date not just for the city, but for all of Bahia state, as for some years now, the government of Bahia transfers its seat to the city on this date. The festivity has as its main element a parade of statues of the Caboclo and the Cabocla, similar to other cities of Bahia, but keeping its own particularities. One of the parade elements is the involvement of school's bands on the parade. To analyze circumstances of the student involvement on the festivity, we will review teachers' and their former alumni testimonies regarding the meanings of the parade and school's involvement on it as and scholar activity.

Keywords: School memory, June 25th Parade, Cachoeira

Resumen

El presente artículo busca analizar la importancia del Desfile del 25 de Junio en el cotidiano escolar en la ciudad de Cachoeira, en la región del Reconcavo de Bahia. Esta celebración es una fecha importante no solo para la localidad, sino para toda provincia de Bahia, una vez que hace algunos años la sede del gobierno es transferida hacia esta ciudad en este día. La fiesta tiene como elemento central el desfile de las imágenes del Caboclo y de la Cabocla, presentando similitudes con fiestas en otros municipios bahianos, pero manteniendo sus particularidades. Uno de los elementos de la celebración es la participación de escuelas que desfilan con sus bandas. Para analizar los términos de esta participación estudiantil en los festejos, visitaremos testimonios de profesoras y sus exalumnos sobre los significados de la fiesta y de la participación en el desfile en cuanto una actividad propia de la escuela.

Palabras clave: Memoria escolar, Desfile 25 de Junio, Cachoeira.

Introdução

Este artigo busca analisar a importância do Desfile de 25 de Junho no cotidiano escolar na cidade de Cachoeira, no recôncavo da Bahia, a partir de fotografias e memórias de professores e ex-alunos que viveram essa celebração. Assim, buscaremos subsídios no conceito de cultura escolar³, partindo do entendimento que são em espaços como este que ela também se constitui.

A festa, da qual falaremos adiante, consiste num desfile cívico cujas figuras centrais são imagens de um caboclo e uma cabocla pelas ruas de Cachoeira. Os caboclos e caboclas, presentes em festas de Independência de diversos municípios baianos, representam o povo que lutou na guerra contra os portugueses. As imagens, colocadas em carros puxados por servidores municipais e populares, são acompanhadas por filarmônicas locais. Há, no cortejo, a presença de diversas bandas escolares que desenvolvem performances próprias e são saudadas por quem assiste ao desfile.

Nesse sentido, acreditamos ser necessário pensar esses desfiles como práticas que possibilitam a transmissão de conhecimentos e incorporação dos comportamentos, assim, “trata-se de forjar uma nova consciência cívica por meio da cultura nacional e por meio da inculcação de saberes associados à noção de progresso”. (JULIA, 2001, p. 15), tal qual propunha o regime republicano que, por meio da escolarização, preconizou uma homogeneização cultural da nação. “A escola era o signo da instauração da nova ordem, arma para efetuar o progresso, tratava-se de dar forma ao país amorfo, de transformar os habitantes em povo, de vitalizar o organismo nacional, de construir a nação”. (CARVALHO, 1989, p. 7).

Dessa maneira, o artigo apresenta uma produção com ênfase na história local, campo da História que vem chamando atenção dos pesquisadores para o conhecimento do cotidiano e das peculiaridades de regiões e lugares específicos. Destarte, não podemos perder de vista que a história local não deve ser desvinculada do contexto nacional no qual está inserida, como esclarece Erivaldo Neves (2002), “O estudo do regional, ao focalizar o peculiar, redimensionaria a análise do nacional, que ressalta as identidades e semelhanças, enquanto o conhecimento do regional e do local insistira na diferença e diversidade”. (NEVES, 2002, p.89).

Para compor essa narrativa, utilizamos diferentes tipos de fontes, tais como, fotografias e, principalmente, depoimentos⁴, ora pela dificuldade de

3 Utilizamos o conceito de cultura escolar segundo nos apresenta Dominique Julia (2001), quando a descreve como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. (JULIA, 2001. p. 11)

4 Todos os depoimentos aqui utilizados foram autorizados através do Termo de Cessão assinado pelos entrevistados e encontram-se sob nossa guarda.



localização de documentos, ora por possibilitar a descoberta de aspectos específicos, tais como as práticas educativas e o cotidiano escolar, dentre outras questões. Afinal, o uso da oralidade como fonte histórica acrescenta visões distintas acerca de um determinado acontecimento.

Assim, o texto está organizado em três momentos. Inicialmente, construiremos um breve histórico sobre a cidade de Cachoeira e sobre a Guerra de Independência do Brasil na Bahia; em seguida, discorreremos sobre o desfile de 25 de Junho, e, por fim, apresentaremos as memórias de professores e ex-alunos a respeito dessa celebração, confirmando a sua importância, seu valor simbólico e identitário para esta cidade do Recôncavo baiano.

Cachoeira e a Independência do Brasil na Bahia

A cidade de Cachoeira está situada no recôncavo baiano, à margem esquerda do rio Paraguaçu, já no seu trecho final, antes de desaguar na Baía de Todos os Santos.⁵ O ponto onde se encontra sede do município consiste no seu último ponto navegável. Desde o século XVI, Cachoeira exerceu um importante papel de centro comercial, escoando a produção da região para o porto da Cidade da Bahia e distribuindo mercadorias vindas dele através de rotas terrestres para os sertões da América portuguesa.

Durante séculos, a vila da Cachoeira⁶ foi a maior do interior da Bahia. Ao seu redor, um significativo número de engenhos fabricava toneladas de açúcar, com o trabalho de milhares de indígenas, africanos ou seus descendentes. Fumo e mandioca foram, também, culturas de grande importância pra economia da região. De Cachoeira e São Félix – localidades separadas apenas pelo rio Paraguaçu, saíam estradas que ligavam importantes regiões ao porto da Cachoeira e, daí, ao porto da Cidade da Bahia – hoje, Salvador.

No final do primeiro quartel do século XIX, a vila da Cachoeira viveu um importante momento da sua história. Apesar do processo histórico que culminou no que chamamos de Independência do Brasil ser representado historicamente pelos acontecimentos em torno de Dom Pedro e da Corte no Rio de Janeiro, ele conheceu um capítulo significativo na então Província da Bahia.

Quando do Grito do Ipiranga, a 7 de setembro de 1822, a Bahia já estava há alguns meses em estado de guerra, com tropas fiéis a Lisboa ocupando a capital da Província, enquanto tropas formadas majoritariamente

5 O Paraguaçu é um dos maiores rios do Estado da Bahia, tendo seu curso inteiramente em território baiano. Nasce na Chapada Diamantina, faz seu caminho até a Baía de Todos os Santos, desaguardo entre os municípios de Saubara e Maragogipe, perfazendo uma extensão de 600 km.

6 A Vila da Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira foi fundada na última década do século XVII. Virou comarca em 1832 e elevada à condição de Cidade em 1837.



por baianos cercavam a cidade. Este cerco durou pouco mais de um ano, envolvendo batalhas campais e navais, finalizando com o abandono da Cidade da Bahia pelas tropas portuguesas, a 2 de julho de 1823. Mas, para compreender como se chegou a este ponto, é preciso retroceder alguns anos na história da Bahia e de Portugal.

Desde a chegada das notícias sobre a Revolução Liberal do Porto (1820) e seu triunfo em Portugal, os ânimos políticos se exaltaram na Bahia. A recém tornada província aderiu sem muita hesitação ao movimento constitucional. No entanto, no decorrer dos meses que se seguiram à adesão, o desenrolar dos fatos políticos amplificou as diferenças entre portugueses nascidos na Europa e portugueses nascidos na América. Em algum tempo, dois campos opostos se consolidaram: uns alinhados a Lisboa e outros ao Rio de Janeiro.

Em fevereiro de 1822, estas disputas chegaram às vias de fato, quando da desavença acerca da nomeação do General Inácio Madeira de Melo para o posto de Governador das Armas da Província. O episódio acabou com a prisão e fuga de soldados que se recusaram a aceitar o comando do português e com a morte de civis, como é o caso mais notório da religiosa Joana Angélica.⁷ Em junho de 1822, os partidários da não submissão ao General Madeira prepararam manifestações de apoio a D. Pedro. O pano de fundo destas declarações era o temor, reforçado pelo retorno do rei D. João VI a Portugal, de que o Reino do Brasil fosse novamente reduzido à condição de colônia.

No dia 14 daquele mês, a Câmara da vila de Santo Amaro, distante sete léguas de Cachoeira, reconheceu a autoridade do Príncipe Regente D. Pedro de Alcântara para os assuntos relacionados ao Reino do Brasil. Como represália, o General Madeira enviou tropas que ocuparam Santo Amaro, causando alarme entre a população local. Alguns dias mais tarde, em 25 de junho, uma manifestação de apoio a D. Pedro foi preparada na vila da Cachoeira. Como se sabia do acontecido nos dias que sucederam a proclamação na vila vizinha, os preparativos para a proclamação em Cachoeira contaram com grupos armados que haviam se reunido desde a véspera no povoado de Belém. Acompanhados por paisanos, o grupo se dirigiu ao prédio da Câmara, onde se encontravam as autoridades locais. Sigamos Braz do Amaral na sua narrativa deste dia, 25 de junho de 1822:

Nas janelas da Câmara, junto ao estandarte dela ali desfraldado, foi feita uma consulta ao povo que vibrava de entusiasmo patriótico, para que exprimisse livremente a sua vontade.

7 Joana Angélica era a abadessa do Convento da Lapa e foi mortalmente ferida por soldados portugueses que insistiram em perseguir seus adversários que fugiam, supostamente, pelos fundos do convento. Tendo morrido por recusar que os soldados entrassem no prédio, é considerada uma mártir da Independência. (TAVARES, 2005, p. 46-47)



Em aclamações imensas foi declarado por todos que aceitavam e reconheciam a autoridade do príncipe regente D. Pedro de Alcântara...

Pelas três horas da tarde se achava pronta a ata que estabelecia este compromisso, a qual foi assinada por todos os presentes e dirigiram-se depois disto os camaristas, homens bons e povo para a igreja matriz onde foi celebrado um *Te-Deum*, em ação de graças ao Senhor... (AMARAL, 1957, p. 174. grifo no original).

Ao sair da matriz, as pessoas que se congratulavam pelo acontecido foram surpreendidas por tiros saídos de algumas casas e de uma embarcação de guerra portuguesa que se encontrava defronte à vila. Segundo Tavares,

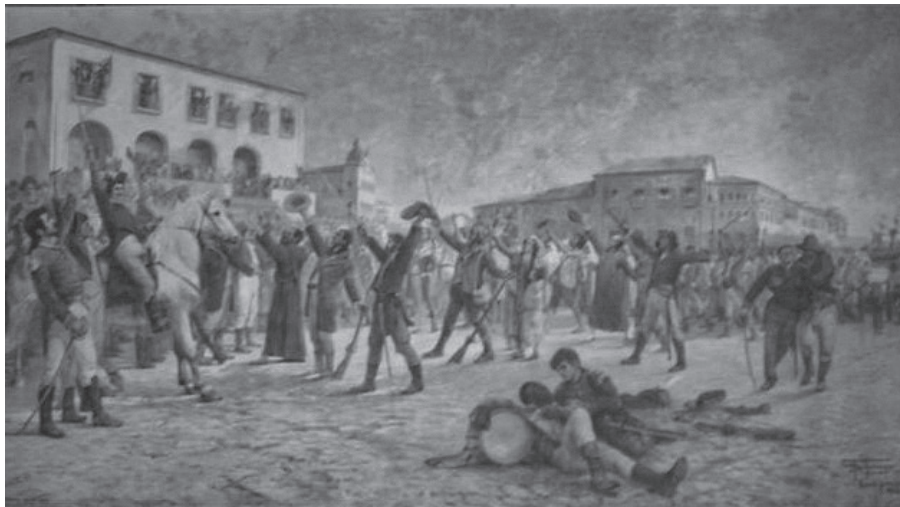
Logo após os primeiros tiros da canhoneira começou a luta para silenciar a embarcação de guerra, aprisionar o seu comandante e marujos, e desarmar e prender os soldados e os portugueses que haviam feito disparos. Assim começou a guerra pela Independência do Brasil na Bahia. (TAVARES, 2005, p. 101).

Os fatos do 25 de junho foram representados, de forma sintética, na obra “Primeiros Passos para a Independência”, do pintor Antonio Parreiras (imagem 1).⁸ Nela, dois eventos acontecidos no mesmo dia se misturam: a aclamação a D. Pedro e o tiroteio iniciado pela embarcação portuguesa. O quadro apresenta o perfil do casario colonial, tendo como ponto central a Câmara de Cachoeira. Na obra, é possível ver o estandarte de uma das sacadas do segundo andar do prédio. Em primeiro plano, atingido, está caído o Soldado Tambor Soledade, que teria sido a primeira baixa da guerra.



8 O quadro original encontra-se no Palácio Rio Branco, em Salvador. Há uma réplica, em tamanho menor, na sala das seções da Câmara Municipal de Cachoeira. Há, ainda, uma pintura em azulejo alusiva a esta num posto de combustíveis na cidade.

Imagem 1. Quadro Primeiros Passos para a Independência – Antônio Parreiras



Acervo do Palácio Rio Branco, Salvador-BA. Foto: Sérgio Guerra Filho

A partir de 25 de junho de 1822, foi-se configurando uma guerra de cerco. Em Cachoeira, estabeleceu-se o Conselho Interino de Governo, formado por representantes das diversas vilas baianas. Esse governo tratou de estabelecer a unidade da província, isolando política e militarmente as forças fiéis a Lisboa, sitiadas na capital. O Governo Interino tratou de se alinhar com o Rio de Janeiro, amarrando a Bahia ao resto do reino do Brasil.⁹

Enquanto durou a guerra, Cachoeira foi a capital brasileira da Bahia, enquanto a Cidade da Bahia permanecia uma capital portuguesa, já que não reconhecia D. Pedro como governante e respondia diretamente e apenas a Lisboa. Nos meses seguintes ao 25 de junho, as forças baianas insubordinadas formaram um exército que tomou as principais estradas de acesso à Cidade da Bahia. O Conselho Interino cuidou de garantir recursos para a manutenção dessas tropas enquanto durou a guerra, mas, principalmente, manter a ordem social na província, ameaçada, aqui e ali, por levantes escravos, revoltas indígenas ou mesmo motins de soldados. (GUERRA FILHO, 2004)

Inicialmente formado exclusivamente por soldados baianos, em outubro de 1822, este exército foi reforçado por tropas de outras províncias, lideradas por um veterano francês – o General Pierre Labatut – contratado por D. Pedro para dar combate aos portugueses ocupantes da capital baiana. Labatut saiu do Rio de Janeiro, desembarcou em Alagoas e marchou até Recife, agregando soldados de diversas origens a suas tropas, durante a marcha até a Bahia, como bem retrata Tavares:

9 Meses depois, em 1º de dezembro de 1822, D. Pedro proclamou-se imperador, fazendo do Brasil, um Império.

Ao sair do Recife ele [Labatut] se dirigiu para Maceió, e de Maceió para Penedo, onde administrou a aclamação de dom Pedro. Continuou em seguida para a capital de Sergipe, São Cristóvão. Depôs um governo que ali se autoproclamara e oficializou como governo o que aclamou dom Pedro. Em 25 de outubro estava em Inhambupe, de onde escreveu ao Conselho Interino (TAVARES, 2005, p. 155).

Com o reforço vindo com o general, foi possível criar uma terceira coluna e reforçar as outras duas, definindo o cerco à cidade. Os portugueses tentaram, por duas vezes, furar o bloqueio para ter acesso a regiões produtoras de alimentos. Uma, em novembro de 1822, por terra; a segunda, a 7 de janeiro de 1823, por mar. A primeira ocasião ficou conhecida como a Batalha de Pirajá. Consistiu num ataque às linhas brasileiras, especificamente à coluna que guarnecia a principal estrada que saía da capital em direção ao norte. Após um dia inteiro de lutas, os portugueses acabaram por recolher-se às suas posições originais, nos domínios da cidade sitiada. Em janeiro, soldados e marujos portugueses tentaram desembarcar na Ilha de Itaparica, no que foram rechaçados por alguma guarnição que lá estava de prontidão, a cujo auxílio concorreram homens e mulheres civis. As investidas duraram 3 dias.

Com esses ataques, os portugueses tentavam acesso a áreas produtoras de alimentos, cada vez mais escassos com o passar dos dias. Algum contrabando de farinha partido de vilas do baixo sul e da própria ilha não era capaz de regularizar a oferta do gênero na cidade. A única rota regular de abastecimento era por mar, em navios que vinham de Portugal trazendo gêneros como vinho, azeite e bacalhau, mas retornando praticamente vazios à Europa, por falta de acesso aos gêneros produzidos no resto da província. Assim, quando D. Pedro I remeteu, em maio de 1823, uma frota de guerra comandada pelo almirante inglês Lord Cochrane para bloquear a Baía de Todos os Santos, isolando a cidade também por mar, a permanência do exército do General Madeira na Bahia tornou-se uma questão de tempo. Assim, as tropas portuguesas embarcaram na madrugada do dia primeiro e, na manhã do dia 2 de julho de 1823, o Exército Pacificador entrou na cidade recebido festivamente por quem havia permanecido na cidade ocupada.

25 de junho e 2 de julho são considerados, por muitos, como os marcos temporais dessa guerra de Independência que se realizou na Bahia. Importante registrar que, por força de uma lei estadual, a partir de 2007, a capital baiana é transferida simbolicamente para Cachoeira, todo ano, no 25 de junho. (BAHIA, 2007). Isso demonstra que a importância da data extrapola os festejos locais do desfile de caboclo e cabocla, que falaremos adiante.



O Desfile de 25 de Junho

A memória dos acontecimentos relacionados à Independência está marcada nas cidades de Cachoeira e São Félix, tanto material quanto simbolicamente. Há ruas e monumentos que são dedicados aos eventos da guerra ou seus personagens. Alguns imóveis de Cachoeira possuem placas indicativas de fatos importantes neles acontecidos. Cachoeiranos e sanfelistas costumam se referir a eventos heróicos como a “tomada da canhoneira lusa” ao falar de sua cidade natal. Mas a marca mais viva da memória da participação da localidade na Guerra de Independência é, certamente, a festa do 25 de Junho. A data ultrapassa os limites do município, posto que, como afirmamos anteriormente, desde 2007, a cada ano, a sede do Governo do Estado é simbolicamente transferida para Cachoeira neste dia.

As comemorações da Independência ocorrem em algumas cidades da Bahia, a maioria no dia 2 de julho, data final da guerra na Bahia. A exceção fica por conta das festas de Cachoeira/São Félix e de Itaparica, que acontecem a 25 de julho e 7 de janeiro, respectivamente. No caso de Cachoeira e São Félix, a festa consiste num desfile de Caboclo e Cabocla, cujas imagens cortam as ruas de Cachoeira no sentido norte-sul. Os desfiles de caboclos e caboclas acontecem também em outras cidades na Bahia como parte das comemorações da Independência. A maior e mais antiga dessas festas é a da capital baiana. Além das cidades citadas, registra-se desfiles de caboclos ou caboclas em Itaparica, Santo Amaro, Saubara, Salinas das Margaridas (recôncavo), Valença, Jaguaripe (baixo sul) e Caetitê (sudoeste baiano).

Há significativos estudos sobre as festas da Independência na Bahia e sobre os caboclos e caboclas reverenciados em tais ocasiões. Sobre a festa de Salvador, os trabalhos de Hendrik Kraay, para o século XIX, e Wlamyra Albuquerque, para os primeiros anos da República, são as principais referências. (KRAAY, 2000; ALBUQUERQUE, 1999). Mais recentemente, Fabio Baldaia fez um estudo sobre esta mesma festa na segunda metade do século XX e início do XXI. (BALDAIA, 2018). Estes trabalhos destacam as tensões entre as diferentes visões que os representantes oficiais e os populares tinham da festa. Jocélio Teles dos Santos produziu um importante trabalho sobre a figura do Caboclo, demonstrando a sua relação com as divindades do candomblé. (SANTOS, 1995). Recentemente, Milton Moura e Edilece Couto publicaram um trabalho no qual analisam as relações afetivas e espirituais das pessoas comuns e os caboclos a partir de bilhetes e oferendas deixados aos pés das imagens. (COUTO, MOURA. 2019).

Obviamente, cada uma dessas festas guarda características e aspectos específicos de sua localidade. No entanto, há muitas e significativas semelhanças. Em todas as festas, o desfile tem como centro a imagem de um caboclo ou uma cabocla esculpida em madeira e que vai colocada em um carro, também de madeira. Cada imagem é adornada com cocar de penas,



colares atravessados no torso e saiote, também de penas. É comum que a imagem empunhe uma lança que encontra uma cobra ou dragão a seus pés, simbolizando a tirania portuguesa (em geral esses são das cores vermelha e verde, cores da bandeira de Portugal). O carro sobre o qual as imagens são montadas também é enfeitado, ora com plantas e flores, ora com frutas, ou ambas as coisas. Invariavelmente, o carro recebe as cores verde e amarela e é comum a presença de pequenas bandeiras da Bahia e do Brasil.

Quando do desfile, os carros, já com as imagens montadas, são puxados por duas cordas que vão presas na frente, uma de cada lado. Muitas vezes, servidores municipais, autoridades, devotos e civis se misturam e alternam nesta função. Uma parte das pessoas vai acompanhando o cortejo cívico desde o seu início, enquanto outra parte vai se reunindo a ele no decorrer do trajeto. Há, ainda, quem fique à espera das imagens das janelas de suas casas ou nas calçadas em alguns pontos do caminho, acenando e batendo palmas para as imagens e seus acompanhantes.

Imagem 2: Cabocla e Caboclo prontos para o início do desfile de 25 de junho



Acervo do Autor. Foto: Sérgio Guerra Filho

Em todos os desfiles, há bandas de música acompanhando, com instrumentos de sopro e percussão, os desfiles. A maioria delas é de filarmônicas, além de bandas e fanfarras escolares. Essas bandas são esperadas e muito aplaudidas nas festividades de caboclos e caboclas. Na festa do 2 de Julho, em Salvador, contam-se às dezenas, mas o número de bandas nas demais festividades também é significativo.



Como já ficou evidenciado, a festa de 25 de Junho tem a particularidade de ser compartilhada entre dois municípios. As imagens, inclusive, pertencem cada uma a uma cidade: o caboclo é de Cachoeira e a cabocla, de São Félix. As imagens apenas se reúnem no período entre o 25 de junho e 2 de julho. Na manhã do dia 25, as autoridades sanfelistas levam o carro e a imagem da Cabocla até Cachoeira, atravessando a Ponte Dom Pedro II, que liga as duas cidades por sobre o rio Paraguaçu. Da ponte, o carro é levado ao ponto em que o Caboclo recebe os últimos enfeites para a saída do desfile.

Neste momento, os carros são acompanhados por filarmônicas das duas cidades e de outras cidades da região. Na sequência, bandas e fanfarras escolares se apresentam seguindo o cortejo. Além das apresentações musicais, muitas escolas desfilam com estudantes caracterizados de personagens históricos ou exibindo faixas e cartazes com dizeres sobre temas diversos de interesse geral. Como veremos a seguir, a participação das escolas no desfile de 25 de junho requer uma preparação com antecedência e requer a mobilização de docentes e alunos para a sua realização.

As escolas de Cachoeira no 25 de Junho

Para além da disseminação de conhecimentos, de normas e valores que são legitimados pela sociedade, as festas cívicas expressam aspectos da cultura escolar através do seu caráter político e pedagógico. Dessa maneira, já há muitas décadas, as escolas são presença fundamental no desfile de 25 de junho, consolidando narrativas identitárias que articulam o passado local e nacional com o presente de gerações de estudantes cachoeiranos. (HALL, 2005; ANDERSON, 2008)

As duas imagens a seguir são fotografias da Banda Marcial do Colégio Estadual da Cachoeira – BAMCEC em dois tempos diferentes. Na primeira delas, possivelmente dos anos 1960,¹⁰ a banda está postada na Praça da Aclamação, com os prédios do convento do Carmo ao fundo, mesmo cenário do quadro Primeiros Passos para a Independência, analisado anteriormente. Ainda hoje, ao final do cortejo, as bandas se distribuem na dita Praça e executam, depois da apresentação das filarmônicas locais, alguma peça musical antes do seu retorno.

10 A primeira foto não tem data indicada, mas, provavelmente, foi tirada antes de 1970. No perfil de *Facebook* onde ela foi postada, uma ex-aluna do CEC e música da banda escreveu o seguinte comentário: “Eu toquei na banda de 1970 a 1975. Em 71 foi quando ingressaram as primeiras mulheres.” <facebook.com/photo?fbid=248603735272947&set=a.231834616949859>

Imagem 3: BAMCEC na Praça da Aclamação.



Sem data. Autor não identificado. Fonte: <facebook.com/photo?fbid=248603735272947&set=a.231834616949859>

Na imagem 4, em fotografia de 2019, a banda está em plena apresentação na rua Prisco Paraíso, a caminho da Praça da Aclamação.

Imagem 4: BAMCEC no desfile de 25 de junho de 2019



Fonte: Arquivo pessoal do autor



O Colégio Estadual da Cachoeira – CEC – tem sido uma das principais instituições de ensino secundário da região, desde a sua fundação, sucedendo uma escola profissional. Fundado em 14 de setembro de 1948 como Sociedade Cooperativa Ginásio da Cachoeira, teve seu prédio próprio inaugurado apenas em 19 de setembro de 1954, numa cerimônia que contou com a presença do governador da época, Regis Pacheco. De 1955 a 1964, funcionou como Ginásio Estadual e Escola Normal, sendo responsável pela formação da mocidade cachoeirana, especialmente dos quadros de professoras e professores das escolas primárias. A partir de 1965, passou a se chamar Colégio Estadual da Cachoeira e assim permanece até os dias atuais.¹¹

Outra instituição educativa que participava dos desfiles e que temos notícias é o Educandário Santo Antônio, sob direção da Professora leiga¹² Adelita Onofre, mais conhecida na cidade como Dona Dedé. Esta escola de ensino primário era particular e funcionou num casarão situado na Rua Ana Neri, próximo à igreja matriz, no centro de Cachoeira, ao longo do século XX.

Em entrevista, três ex-alunos recordaram como era a participação dessa instituição nos desfiles do 25 de Junho.¹³

Cantávamos o hino, marchávamos no desfile. Me lembro do 25 de Junho que era um evento com todas as escolas na rua, todo mundo impecável. (Aluno 1).

A escola participava sim, do 25 de Junho, Fanfarra, e das procissões de Corpus Christi, Nossa Senhora do Rosário. Todo mundo fardado. (Aluno 2).

Qual escola, fosse ela particular ou não, que não tomava parte [do desfile]?

Iam todos bem vestidos, bem arrumados. Todas as escolas tinham farda de gala, muito bem arrumadas. (Aluno 3).

Por meio desses relatos, podemos observar aspectos da constituição de uma memória coletiva, na qual os indivíduos se identificam com acontecimentos marcantes para o seu grupo e engendram um sentimento de pertencimento por meio dessas memórias compartilhadas. Como afirma Maurice Halbwachs, “o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas que toma emprestado de seu ambiente.” (HALBWACHS, 2006, p.72).

11 Para mais informações sobre a trajetória dessa instituição ver BARBOSA, 2005.

12 Entenda-se professora leiga como aquela que não tem formação específica para atuar em sua área.

13 Para este trabalho, utilizaremos excertos de entrevistas realizadas durante no desenvolvimento do Projeto de Pesquisa intitulado “A Educação no Recôncavo da Bahia: Instituições, Sujeitos e Práticas (Séc. XIX e XX)”, sob a coordenação da Professora Solyane Silveira Lima e optamos por não identificar os entrevistados.



Dessa maneira, os depoentes relatam não apenas lembranças sobre a participação nos desfiles, mas também, a forma que se trajavam para tais ocasiões, tendo em vista que essas festas oportunizavam uma considerável visibilidade para a instituição, já que toda a sociedade local estaria reunida, conforme podemos observar na imagem a seguir.

Imagem 5: Desfile de 25 de Junho de 1947 em Cachoeira



Comemoração do 25 de Junho, em Cachoeira, no ano de 1947, Acervo de J. Nogueira.

Para além dos aspectos da cultura escolar e da visibilidade que essas festas ocasionam, verifica-se que as escolas eram requisitadas a participar das festividades da Independência através de chamados das autoridades municipais. Porém, apesar disso, percebe-se que a preparação para essas celebrações era motivo de orgulho e satisfação para os alunos, como se verá nos relatos a seguir:

A pró[fessora] Dulce ensinou a gente a cantar o hino e fazer as continências e a gente saía, marchava tudo certinho no mesmo passo, tudo igualzinho. (Aluno 4).

Os docentes também partilhavam destes mesmos sentimentos, conforme descreve um professor de história aposentado.

O desfile do 25 de junho, naquela época, os vultos históricos eram armados. Tinha umas figuras da história, até o imperador. Nós arrumamos carroça com cana de açúcar, com fumo, pelotão de bandeiras. Era um desfile que dava gosto assistir, né? Dava gosto assistir. Havia participação de todos, os pais tinham prazer de ir à rua, iam aplaudir os pelotões porque tinha o que se ver. (Professor 1).

Dessa maneira, percebemos a força que a celebração do 25 de Junho representa para as pessoas da cidade, a ponto de mobilizar lembranças da infância e da escola, retratando práticas comuns a toda comunidade. Ou seja, os desfiles podem assumir diversos significados e funções pedagógicas, que extrapolam o âmbito escolar e passam para outras esferas da vida social, representando aspectos da cultura que é normalizada e, ao mesmo tempo, tem uma finalidade educativa.

Conclusão

Apesar de ainda em fase inicial, a pesquisa ora apresentada demonstra a importância de investigar mais a fundo a relação entre identidade, memória e civismo, tendo a participação das escolas nas celebrações da Independência do Brasil na Bahia como foco. No caso de Cachoeira, foi possível identificar aspectos da cultura escolar na dinâmica das atividades educativas relacionadas aos ritos cívicos representados pelo desfile de 25 de junho.

Uma vez que as entrevistas realizadas não tinham como foco específico as celebrações da Independência, a recorrência com que apareceram nas memórias escolares de docentes e discentes aponta para a implicação desses sujeitos na reafirmação das narrativas identitárias a partir da sua atuação no espaço escolar.

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra. *Algazarra nas ruas*. Comemorações da Independência na Bahia (1889-1923). Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- AMARAL, Braz do. *História da Independência na Bahia*. Salvador: Progresso, 1957.
- BAHIA, Lei nº 10.695 de 24 de setembro de 2007. <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-10695-de-24-de-setembro-de-2007>> Acessado em 05/04/2020.
- BALDAIA, Fábio Peixoto Lopes. *A Festa, o Drama e a Trama: cultura e poder nas comemorações da Independência da Bahia (1959-2017)*. (Tese de Doutorado) Salvador: UFBA, 2018.
- BARBOSA, Telma da Silva. *Memorial do Colégio Estadual de Cachoeira: contribuição para um estudo sobre a história da Educação na Bahia*. (Dissertação de Mestrado) Salvador: UNEB, 2005.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A Escola e a República*. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.



COUTO, Edilece. MOURA, Milton. Oferendas e Bilhetes para o Caboclo e a Cabocla na Festa do 2 de Julho na Bahia. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, ano XII, nº 34 (maio-agosto de 2019). p. 201-229.

GUERRA FILHO, Sérgio A. D. **O Povo e a Guerra: Participação das Camadas Populares nas Lutas pela Independência do Brasil na Bahia**. (Dissertação de Mestrado) Salvador: UFBA, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. 2001. Campinas: Editora Autores Associados, nº 1, janeiro/junho. p. 9-43.

KRAAY, Hendrik. **Entre o Brasil e a Bahia: as comemorações do Dois de Julho em Salvador no século XIX**. Afro-Ásia, nº 23, 2000, p. 49-87.

MOURA, Milton Araújo. Os Caboclos de Itaparica. Interface de Brasis. in: I Colóquio Internacional de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2007, Recife – **Anais Eletrônicos**. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2007.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **História Regional e Local: fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade**. Feira de Santana: UEFS; Salvador: Arcádia, 2002.

SANTOS, Jocélio Teles dos. **O Dono da Terra: O Caboclo nos candomblés da Bahia**. Salvador: SarahLetras, 1995.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: EdUFBA, 2005.

